



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 28 de março de 2019.

Edição n. 2580

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	5
-------------	---

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicados.....	6
------------------	---

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Atas.....	7
-----------	---



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 106/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 03 de setembro de 2018, a Portaria n. 2124/2018, que designou o Dr. EDUARDO CORAL VIEGAS como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre (Port. 1056/2019).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 05 de fevereiro de 2019, a Portaria n. 2133/2018, que designou a Dra. ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR como Diretora da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre (Port. 1062/2019).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 05 de fevereiro de 2019, a Portaria n. 2134/2018, que designou a Dra. DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre (Port. 1063/2019).

- a contar de 22 de março de 2019, a Portaria n. 3700/2018, que designou a servidora LAURA EMÍLIA NUNES, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n. 3431703, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n. 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.415/2014 (Port. 1070/2019).

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 28 de março de 2019, o Dr. DENIS GUSTAVO GITRONE como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, até 30 de junho de 2019, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 0815/2019).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 03 de setembro de 2018, o Dr. EDUARDO CORAL VIEGAS como Diretor da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre, até 30 de junho de 2019, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 1057/2019).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 05 de fevereiro de 2019, a Dra. DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA como Diretora da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre, até 30 de junho de 2019, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 1064/2019).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 05 de fevereiro de 2019, a Dra. CYNTHIA FEYH JAPPUR como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre, até 30 de junho de 2019, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 1065/2019).

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 27/2016-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00003/2016-2, a contar de 15 de fevereiro de 2019, o servidor SANDRO EDENI RODRIGUES DE ESCOBAR, ID n. 2554291, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 1068/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00067/2015-9, a contar de 04 de dezembro de 2018, o servidor DIMITRYUS THIAGO PEIXOTO FAGUNDES, ID n. 4275268, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 1069/2019).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, FERNANDA DUARTE BERNARDES, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Letras, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1071/2019).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARIELE ALBIERO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região do Médio Uruguai (Port. 1072/2019).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MAINÉ CAVALHEIRO PRASS, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo quinto (15º) lugar na Lista de Classificação da Região Metropolitana do Delta do Jacuí (Port. 1077/2019).

COMUNICAR

- para os devidos fins, o falecimento da servidora aposentada CERES DE CASTRO RAZZERA, ocorrido em 13/03/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO
 CONTRATO DE OBRA DE ENGENHARIA N. 137/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.187/2018**

CONTRATADA: CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA; **OBJETO:** acrescentar, ao objeto materiais e serviços, resultando no acréscimo ao preço total do ajuste, da quantia de R\$ 4.227,12 (quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e doze centavos), conforme planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA e tabela resumo abaixo:

	Material	Mão de obra	Total
Acréscimo	R\$ 2.555,12	R\$ 1.672,00	R\$ 4.227,12

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, inciso I, alínea "a", e § 1º no art. 57, § 1º, incisos I, ambos da Lei Federal n. 8.666/93. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 27 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.



**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.00001.01875/2014-2**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça MARCIO SAALFELD PINTO FERREIRA, ID n.3436713. OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa QJS7A60, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N. 069/2019

Resultado do Edital n. 061/2019

**REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(DEMP 19/03/2019)**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00192/2019-7, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mprs.gov.br/site/editais_remocao/) e na internet (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 061/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 12/2019

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00014/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar cobrança irregular de taxa de disponibilidade obstétrica para a realização de partos por médicos credenciados à Unimed. INVESTIGADOS(S): Central Nacional Unimed e Unimed Planalto Médio. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.342/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:

Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apuração de fornecimento de água em garrafões em desacordo com as normas ABNT n. 14.222/2013 e Portaria 387/08 do DNP. INVESTIGADO(S): Meriba Aguas Minerais Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.000.404/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar a produção e comercialização de vinho impróprio para consumo decorrente de conduta fraudulenta. INVESTIGADO(S): Vinhos Sanlisvi Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.000.365/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na comercialização e na rotulagem de produtos pela empresa noticiada. INVESTIGADO(S): Excelsior Alimentos S/A. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01914.000.466/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tucunduva. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tucunduva. OBJETO: custeio da iluminação pública no interior do Município de Tucunduva. INVESTIGADO: Município de Tucunduva. LOCAL DO FATO: Município de Tucunduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00930.00015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Menin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano ao consumidor difusamente considerado, decorrente do funcionamento irregular de estabelecimentos farmacêuticos, face à ausência de responsáveis técnicos, contrariando o disposto os arts. 15 e 17 da Lei n.5.991/73 e art. 12 da Lei 13.021/14. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01730.000.073/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campina das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades identificadas no estabelecimento de Horn Comércio de Alimentos, durante a execução de Operação da Força-Tarefa, do Programa Segurança Alimentar, realizada em 08/11/2018, no Município de São Paulo das Missões/RS. INVESTIGADO(S): Horn Comércio de Alimentos Ltda. LOCAL DO FATO: São Paulo das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01730.000.074/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campina das Missões.



PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades identificadas no estabelecimento de Remidio Schwarzer - ME (Açougue Schwarzer), durante a execução de Operação da Força-Tarefa, do Programa Segurança Alimentar, realizada em 08/11/2018, no Município de São Paulo das Missões/RS. INVESTIGADO(S): Remidio Schwarzer. LOCAL DO FATO: São Paulo das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01730.000.075/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campina das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades identificadas no estabelecimento de Açougue Missioneiro (Pio Werle Frank - ME), durante a execução de Operação da Força-Tarefa, do Programa Segurança Alimentar, realizada em 08/11/2018, no Município de São Paulo das Missões/RS. INVESTIGADO(S): Pio Werle Frank - ME. LOCAL DO FATO: São Paulo das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00949.000.431/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Acompanhar a política pública de desenvolvimento do comércio e beneficiamento de pescados através da instalação de sede coletiva para beneficiamento de camarão e pescados em Xangri-lá, sob a administração da Associação dos Pescadores do Município de Xangri-lá, com a devida certificação do SIM. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Xangri-lá.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de Março de 2019.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 13/2019

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.002.323/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 4. OBJETO: Apurar irregularidades na comercialização de GLP em estabelecimento empresarial sito nesta cidade. INVESTIGADO(S): Distribuidora de Gás Laço Forte. LOCAL

DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valério Cogo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: Investigar a regularidade do plano de assistência familiar oferecido pela Funerária Ijuicense e Santa Rosa. INVESTIGADO(S): Funerária Ijuicense e Santa Rosa. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.002.202/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Desconto indevido de seguros da Sabemi em conta corrente do Bradesco. INVESTIGADO(S): Seguradora Sabemi, Banco Bradesco S/A. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01738.000.017/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar produção e comercialização de fertilizante mineral impróprio para consumo. INVESTIGADO(S): Gigamix Tecnologias Futuras Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.001.186/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar possível defeito de informação aos beneficiários de seus planos de assistência à saúde quanto a seus direitos e modo de garantir atendimento nos prazos fixados pela Resolução Normativa n. 259/2011 da ANS. INVESTIGADO(S): Unimed Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.002.186/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventual produção e fornecimento de alimento impróprio ao consumo. INVESTIGADO(S): Indústria de Processamento de Carnes Yucuma Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00894.000.047/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Roberto Lamin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar possível comércio de produtos impróprios para o consumo praticado, em tese, por Marta Teresinha Heckler Heinzmann no estabelecimento denominado "Mercado e Loja da Marta". INVESTIGADO(S): Marta Teresinha Heckler Heinzmann. LOCAL DO FATO: Avenida João Batista, Centro, n. 943, Rolador/RS.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2580

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00894.000.039/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Roberto Lamin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar possível comércio de produtos impróprios para o consumo, ocorrido no estabelecimento denominado "Casa de Carnes São Luiz", situado em São Luiz Gonzaga/RS. INVESTIGADO(S): Neila Hoff Ribeiro, Patrícia Souza da Silva, Mauro Vanderlei Antunes e Silva. LOCAL DO FATO: Rua João Goulart, n. 1240, Bairro Gruta, em São Luiz Gonzaga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.000.522/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Comercializar palmitos em conserva sem procedência em desacordo com a legislação vigente, na Av. Central, 314, Centro, Dom Pedro de Alcântara/RS - Mini Mercado Bagé. INVESTIGADO(S): Osmar José Lumertz. LOCAL DO FATO: Av. Central, n. 314, Centro, Dom Pedro de Alcântara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00045/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Apurar a regularidade da comercialização de peixes na Banca Feira Livre do Parcão, devendo figurar como investigado o Município de Uruguaiana. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de Março de 2019.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 28/2019

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 19 de Março de 2019, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

01595.000.484/2017,	01612.000.097/2018,
01631.000.028/2019,	01631.002.347/2018,
01631.002.521/2018,	01633.000.148/2018,
01633.000.386/2016,	01734.000.090/2017,
01812.000.503/2018,	01868.000.359/2017,

01914.000.090/2018,
02378.000.328/2018,
IC.00714.00030/2011,
IC.00718.00041/2017,
IC.00718.00056/2018,
IC.00722.00040/2016,
IC.00723.00006/2015,
IC.00723.00016/2017,
IC.00723.00040/2017,
IC.00725.00044/2013,
IC.00729.00008/2016,
IC.00732.00059/2012,
IC.00735.00035/2015,
IC.00739.00115/2015,
IC.00748.00104/2018,
IC.00748.00139/2012,
IC.00748.00227/2016,
IC.00752.00016/2004,
IC.00754.00045/2005,
IC.00754.00084/2011,
IC.00755.00058/2016,
IC.00761.00038/2012,
IC.00762.00040/2014,
IC.00762.00158/2012,
IC.00762.00195/2013,
IC.00763.00019/2016,
IC.00763.00025/2018,
IC.00768.00056/2011,
IC.00770.00026/2018,
IC.00771.00031/2010,
IC.00773.00016/2013,
IC.00778.00008/2016,
IC.00784.00011/2018,
IC.00784.00071/2017,
IC.00794.00016/2017,
IC.00798.00001/2016,
IC.00798.00014/2016,
IC.00801.00073/2011,
IC.00814.00077/2015,
IC.00818.00009/2017,
IC.00818.00033/2011,
IC.00820.00033/2018,
IC.00820.00089/2017,
IC.00820.00185/2016,
IC.00820.00283/2013,
IC.00824.00032/2018,
IC.00824.00065/2017,
IC.00825.00025/2016,
IC.00832.00066/2018,
IC.00833.00003/2010,
IC.00833.00047/2016,
IC.00850.00009/2015,
IC.00852.00071/2016,
IC.00852.00114/2014,
IC.00855.00009/2015,
IC.00855.00017/2015,
IC.00855.00033/2012,
IC.00855.00041/2011,
IC.00855.00047/2011,
IC.00855.00056/2013,
IC.00856.00012/2011,
IC.00856.00042/2013,
IC.00865.00022/2015,
IC.00865.00066/2012,
IC.00867.00007/2016,
IC.00871.00004A/2003,
IC.00876.00002/2014,
IC.00876.00016/2013,
IC.00876.00062/2015,
IC.00882.00128/2013,

01914.000.244/2018,
IC.00714.00005/2013,
IC.00718.00036/2018,
IC.00718.00054/2017,
IC.00718.00071/2018,
IC.00722.00085/2016,
IC.00723.00015/2017,
IC.00723.00036/2012,
IC.00723.00045/2012,
IC.00728.00049/2017,
IC.00732.00037/2016,
IC.00735.00025/2015,
IC.00738.00002/2017,
IC.00743.00007/2017,
IC.00748.00105/2017,
IC.00748.00149/2017,
IC.00751.00050/2016,
IC.00754.00006/2018,
IC.00754.00055/2013,
IC.00755.00004/2015,
IC.00761.00004/2014,
IC.00762.00014/2018,
IC.00762.00094/2014,
IC.00762.00165/2005,
IC.00763.00018/2018,
IC.00763.00023/2017,
IC.00768.00025/2017,
IC.00768.00075/2010,
IC.00771.00023/2018,
IC.00771.00032/2014,
IC.00775.00027/2017,
IC.00782.00100/2013,
IC.00784.00061/2017,
IC.00788.00033/2013,
IC.00797.00021/2007,
IC.00798.00006/2013,
IC.00799.00011/2015,
IC.00806.00001/2014,
IC.00814.00092/2009,
IC.00818.00015/2017,
IC.00820.00009/2015,
IC.00820.00078/2016,
IC.00820.00100/2017,
IC.00820.00195/2017,
IC.00823.00004/2011,
IC.00824.00051/2013,
IC.00824.00177/2017,
IC.00832.00011/2015,
IC.00832.00281/2014,
IC.00833.00035/2017,
IC.00833.00074/2013,
IC.00852.00055/2015,
IC.00852.00108/2011,
IC.00853.00033/2016,
IC.00855.00010/2015,
IC.00855.00031/2010,
IC.00855.00037/2013,
IC.00855.00043/2008,
IC.00855.00050/2011,
IC.00855.00064/2010,
IC.00856.00012/2017,
IC.00864.00167/2011,
IC.00865.00061/2015,
IC.00867.00002/2017,
IC.00870.00019/2016,
IC.00873.00014/2017,
IC.00876.00004/2016,
IC.00876.00046/2013,
IC.00882.00049/2015,
IC.00887.00002/2011,



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2580

IC.00887.00025/2017,
 IC.00889.00036/2006,
 IC.00889.00077/2013,
 IC.00890.00044/2018,
 IC.00898.00002/2014,
 IC.00899.00008/2015,
 IC.00901.00015/2012,
 IC.00903.00033/2017,
 IC.00912.00002/2011,
 IC.00914.00015/2018,
 IC.00914.00093/2010,
 IC.00915.00002/2017,
 IC.00915.00053/2017,
 IC.00917.00003/2016,
 IC.00920.00009/2014,
 IC.00924.00024/2014,
 IC.00930.00024/2015,
 IC.00933.00011/2012,
 IC.00947.00013/2016,
 IC.00949.00073/2016,
 IC.00953.00013/2013,
 IC.00970.00007/2015,
 IC.01128.00013/2013,
 IC.01128.00030/2010,
 IC.01128.00113/2017,
 IC.01128.00145/2017,
 IC.01128.00154/2014,
 IC.01128.00227/2017,
 IC.01128.00232/2017,
 IC.01128.00332/2017,
 IC.01129.00001/2013,
 IC.01132.00108/2011,
 IC.01136.00021/2015,
 IC.01139.00011/2016,

IC.00887.00037/2011,
 IC.00889.00042/2014,
 IC.00890.00024/2018,
 IC.00894.00063/2011,
 IC.00899.00002/2011,
 IC.00901.00010/2017,
 IC.00903.00026/2018,
 IC.00907.00016/2014,
 IC.00912.00013/2006,
 IC.00914.00022/2018,
 IC.00915.00001/2016,
 IC.00915.00003/2016,
 IC.00915.00056/2016,
 IC.00918.00010/2012,
 IC.00920.00016/2014,
 IC.00924.00058/2015,
 IC.00930.00035/2016,
 IC.00945.00018/2014,
 IC.00949.00029/2017,
 IC.00949.00232/2014,
 IC.00970.00004/2018,
 IC.01128.00010/2014,
 IC.01128.00028/2015,
 IC.01128.00084/2012,
 IC.01128.00116/2017,
 IC.01128.00152/2017,
 IC.01128.00212/2017,
 IC.01128.00229/2017,
 IC.01128.00233/2017,
 IC.01128.00380/2017,
 IC.01132.00078/2012,
 IC.01134.00049/2017,
 IC.01139.00008/2016,
 IC.01139.00012/2015,

IC.01202.00050/2014,
 IC.01212.00042/2017,
 IC.01217.00007/2014,
 IC.01217.00014/2015,
 IC.01223.00046/2015,
 IC.01349.00189/2011,
 IC.02440.00003/2017,
 PI.00723.00028/2011,
 PI.00740.00039/2018,
 PI.00755.00034/2018,
 PI.00783.00057/2018,
 PI.00833.00010/2018,
 PI.00887.00002/2018,
 PI.00930.00061/2018.

IC.01202.00164/2014,
 IC.01212.00048/2017,
 IC.01217.00013/2018,
 IC.01223.00014/2016,
 IC.01234.00091/2016,
 IC.01411.00002/2013,
 PA.00852.00064/2018,
 PI.00739.00034/2018,
 PI.00748.00112/2018,
 PI.00767.00002/2018,
 PI.00820.00121/2018,
 PI.00856.00016/2017,
 PI.00930.00032/2018,

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS COM PROVIDÊNCIAS:
 02378.001.008/2018,
 IC.00737.00009/2011.

JULGAMENTO CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA:
 IC.00918.00027/2013
Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de Março de 2019.
MARTHA WEISS JUNG,
 Promotora-Assessora.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO N. 005/2019-CGMP

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, nos termos do § 3º do artigo 3º do Provimento n. 004/2017-CGMP, divulga o cronograma das **correções ordinárias** para o mês de maio de 2019:

Maio de 2019		
Data	Promotoria de Justiça	
02	São Leopoldo	PJ Especializada – Cargos Substituto 01 e Substituto 17
02	Triunfo	Cargo único
07 e 08	São Gabriel	PJ Criminal e PJ Substituto 12 PJ Cível PJ Especializada
07 a 09	Bagé	PJ Criminal – 2º e 3º cargos PJ Cível – 1º cargo PJ Especializada – 2º cargo
08	Porto Alegre	PJ Especializada Criminal – 6º cargo
08 e 09	Santa Maria	PJ Criminal – 5º e 6º cargos
10	Porto Alegre	PJ da Infância e da Juventude – Forum de Porto Alegre – Cargos Substituto 41 e Substituto 14
13	Ivoti	Cargo único



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2580

15	Porto Alegre	PJ Regional do Partenon – 5º cargo
15	Charqueadas	1º cargo
21 a 23	Erechim	PJ Criminal – 2º e 3º cargos

A equipe da Corregedoria-Geral, presente nas datas e Comarcas acima citadas, coloca-se à disposição da comunidade e autoridades locais para atendimento quanto à atuação dos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.

Porto Alegre, 25 de março de 2019.

IVAN MELGARÉ,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

**ATA DA 22ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO
FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS – CG-FRBL**

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 11/03/2019, 14h00min, Sala de reuniões do 14º andar, Torre Norte, Sede do Ministério Público RGS, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, Porto Alegre.

2. CONVOCAÇÃO: realizada nos termos do Art. 11 do Regimento Interno.

3. PRESENÇA: presentes os conselheiros Ana Cristina Cusin Petrucci, Daniel Martini, Almir Azeredo Ramos Júnior, Denise Raquel Gress, Irany Bernardes de Souza, Maximiliano Kucera Neto e Roberto Rebés Abreu.

4. PAUTA DO DIA: a) Aprovação da minuta do Edital de Chamamento Público – Profissionalizar; b) Análise do pedido de pagamento de perícia – Proc. 001/1.14.0192079-0; c) Colher aquiescência do Conselho Gestor quanto à aplicação da IN CAGE e não da Resolução 02/2017 FRBL quanto aos documentos exigidos nas prestações de contas parciais em convênios, compromissos e parcerias; d) Ratificação da autorização do projeto da Prefeitura de Vacaria – Construção de Unidade de Acolhimento de Idosos; e) assuntos gerais.

5. DELIBERAÇÕES:

a) por unanimidade dos presentes, foi aprovada a minuta do Edital de Chamamento Público – Profissionalizar com as alterações apresentadas; b) em relação ao pagamento da perícia do proc. 001/1.14.0192079-0, por unanimidade dos presentes, restou deliberado que se oficiará ao Juízo postulando carga dos autos a ser autorizada à Assessoria Jurídica do FRBL para análise e deliberação futuras; c) por unanimidade dos presentes, aprovada a aplicação da IN CAGE 05/16 e Portaria CAGE 02/2018 quanto à documentação exigidas para prestações de contas parciais, ficando sobrestada a aplicação da Resolução FRBL 02/2017; d) por unanimidade dos presentes, o Conselho Gestor ratificou a aprovação do projeto da Prefeitura de Vacaria – Construção de Unidade de Acolhimento de Idosos, o qual será construído em terreno cedido pela Mitra Diocesana de Vacaria, já que constituído direito real sobre o imóvel pelo prazo de 25 anos; e) ficou designado como membro titular da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público - Projeto Profissionalizar o conselheiro Roberto Abreu, substituindo a conselheira Cristiane Becker, e como membro suplente a Conselheira Denise Raquel Gress; f) ficou designado como relator do projeto ILPI Rio Pardo o Conselheiro Daniel Martini, substituindo a conselheira Cristiane Becker; g) o Conselheiro Roberto Abreu questionou sobre o andamento do projeto Saneamento Básico Rural, para o qual será informada a situação; h) foi autorizada a publicação de edital para seleção de uma entidade social para suprir a representação no Conselho Gestor do FRBL. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. A próxima reunião ordinária do Conselho Gestor ficou marcada para 08 de abril de 2019, 2ª. Feira, 14 h.